



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG**

**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO**

## **Carta Pública de Apoio à Conferência Municipal de Educação e de desagravo à Câmara Municipal de Vereadores/as sobre o Plano Municipal de Educação**

O Instituto de Educação da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, corresponsável pela formação de professoras/es para a educação básica, ensino superior e pós-graduação, ao longo de sua história, consolidou-se como espaço de produção, socialização e divulgação de conhecimentos e ações em diferentes temáticas que envolvem a educação, dentre elas, a gestão democrática, as relações de gênero e sexualidades.

Com base nas pesquisas produzidas no Instituto de Educação por pesquisadoras/es de reconhecimento nacional e internacional, reiteramos a importância dos espaços democráticos, a exemplo da Conferência Municipal de Educação, para elaboração das diretrizes políticas e curriculares da educação. Diante desse fato, declaramos publicamente nosso apoio e solidariedade às/aos professoras/es e aos movimentos sociais lideradas/os pelos Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande (SINTERG) e o Centro dos Professores do Rio Grande do Sul (CPERS) que, nos dias 22 e 23 de junho de 2015, viram nossas reivindicações apresentadas à Câmara Municipal de Vereadores/as para a educação municipal, por meio do Plano Municipal de Educação, serem alteradas em nome do fundamentalismo religioso.

Não obstante, apresentamos nosso desagravo à Câmara Municipal de Vereadores/as que, usando de policiamento, restringiu o acesso ao Plenário que aprovou o Plano Municipal de Educação suprimindo os parágrafos que garantiam a importância da abordagem de gênero e sexualidades nos currículos escolares da educação municipal.

As decisões instituídas de forma democrática na Conferência Municipal de Educação, sobre a inserção nos currículos de temas sobre as diferentes formas como nos constituímos mulheres e homens e construímos nossos laços familiares, precisam ser respeitadas pelo Poder Legislativo do município, sob pena de continuarmos nos configurando como uma das cidades gaúchas que se destacam nos índices de violência doméstica, abuso e prostituição infantil e homofobia.

Defendemos o Estado Laico e os princípios democráticos (contidos na Constituição Brasileira) que balizaram a Conferência Municipal de Educação, da qual fizemos parte, e que resultaram no Plano Municipal de Educação. Lamentavelmente, o documento foi alterado pelos/as vereadores/as na sessão do dia 23 de junho, usando de força policial contra os movimentos sociais que defendiam sua aprovação na íntegra. Compreendemos que o modo como foi conduzido o debate do Plano Municipal de Educação pela Câmara de Vereadores/as fere os princípios constitucionais de laicidade e de direitos humanos que devem reger a Educação Brasileira.

**24 de junho de 2015**  
**Instituto de Educação – IE**  
**Universidade Federal do Rio Grande – FURG**